

PL da Previ-Banerj é aprovado por ampla maioria na Alerj

Proposta vai agora para sanção do governador Cláudio Castro. Presidente da Alerj diz que chefe do executivo vai vetar. Alegação de alto custo é falsa

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, na quarta-feira, dia 21 de outubro, o PL-3186/20, novo número do antigo PL-3213/10, que trata da Previ-Banerj. A proposta teve aprovação por ampla maioria e um acordo firmado entre os parlamentares. Agora, a proposta segue para sanção do governador.

Durante o processo de debate do texto foi dito pelo presidente da casa, Deputado André Ceciliano (PT), que o governador Cláudio Castro, que substituiu Wilson Witzel, que está afastado e em processo de impeachment, irá vetar o projeto alegando “custo elevado”, o que não é verdade.

“Em seu discurso, Ceciliano falou que o governo estadual avalia o custo em torno de R\$150 milhões a R\$600 milhões, valores esses que contestamos e que são frutos de uma avaliação equivocada da Secretaria Estadual de Fazenda e que estamos certos, terá de ser revista”, afirma o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Ronald Carvalhosa.

A nova versão do projeto é de autoria dos deputados André Ceciliano (PT), Luiz Paulo Corrêa da Rocha (Sem Partido), Waldeck Carneiro (PT) e Lucinha (PSDB),



Ronald Carvalhosa disse que os banerjianos deram mais um passo na busca da aprovação do projeto que visa dar uma velhice digna a uma parcela importante do funcionalismo do Banerj

CONSULTA PÚBLICA

O projeto sofreu uma emenda que autoriza a Alerj a fazer uma consulta pública que, na prática, seria uma manifestação de interesse por parte dos beneficiários, pois permitirá ao legislativo estadual ter uma ideia de custo muito mais próxima da realidade e os beneficiários possam manifestar inte-

resse no prazo de 30 dias. Essa chamada não gera um direito automático. Na Chamada Pública, será exigida a seguinte documentação: último contracheque onde consta a última contribuição para o Previ-Banerj e o termo de rescisão; os dois recibos de devolução da reserva de poupança; o espelho do INSS de outubro de 2020; e a data de admissão no Banerj e no Previ-Banerj. A medida ainda deverá ser regu-

lamentada pelo Legislativo.

“Hoje demos mais um passo na busca da aprovação de um projeto que visa tão somente assegurar uma velhice digna a uma parcela importante do funcionalismo do antigo banco do estado, maiores vítimas da política de privatizações tão em moda no país”, acrescenta Carvalhosa. O sindicalista destaca ainda que estes trabalhadores, em sua grande maioria, perderam seus empregos e o fundo de previdência para o qual contribuíram ao longo de toda sua vida de trabalho no Banerj e lutam pelo direito de retornar ao sistema previdenciário do estado.

“Nossa tarefa, agora, é assegurar que a consulta pública seja realizada, pois ela irá confirmar o que sempre dissemos sobre o baixo custo do projeto e seu grande alcance social”, conclui Ronald.

Para ter direito ao retorno, o participante do Previ-Banerj deverá ter 10 anos de contribuição efetiva no momento da liquidação e terá que depositar o valor integral recebido, com atualização pelo índice oficial de correção. A Fazenda Pública Estadual poderá parcelar os valores a serem depositados pelos participantes.

GARANTA O SEU DIREITO

Entregue sua carta de estabilidade pré-aposentadoria

É necessário providenciar duas cópias, uma que será entregue ao RH do banco e outra que deve ser guardada pelo trabalhador

A 27ª cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários assegura, nas letras “F” e “G”, aos homens que trabalharam 28 anos e às mulheres que trabalharam 23 anos no mesmo banco a estabilidade ao emprego nos dois anos imediatamente anteriores à aposentadoria. Na letra “E” da mesma cláusula, há a previsão de estabilidade por um ano aos trabalhadores que tenham o mínimo de cinco anos de vínculo com o banco. Por isso, os bancários devem ficar atentos aos prazos para a entrega da carta ao RH de seu banco informando que estarão entrando no período de estabilidade da pré-aposentadoria. Além da carta, o bancário deve anexar também o Cadastro Nacional de Informações

Sociais (CNIS), que deve ser retirado no site do INSS, e os formulários disponíveis na intranet do banco.

COMUNICAÇÃO ESCRITA

Os advogados do Departamento Jurídico do Sindicato do Rio alertam que, para garantir a estabilidade, é indispensável que os trabalhadores entreguem uma comunicação escrita informando a condição, acompanhada dos documentos que comprovam o tempo para requerer o benefício da aposentadoria: cópia da carteira de trabalho e Extrato Previdenciário com todos os vínculos trabalhistas e previdenciários constantes no seu CNIS.

É fundamental que os trabalhadores avisem o banco, preen-

chendo os formulários na intranet e encaminhando o CNIS. Sem isso, o bancário interessado poderá perder o direito.

A garantia da estabilidade da pré-aposentadoria tem sido a razão de muitas das reintegrações conseguidas pelos sindicatos, por isso o bancário precisa se atentar para os prazos e documentos necessários a serem entregues ao banco, informando por escrito que está apto para ter a estabilidade no emprego, especialmente neste período de dispensas em massa no Bradesco, Santander, Itaú e Mercantil.

Para solicitar o extrato previdenciário basta entrar no seguinte endereço eletrônico do INSS: <https://www.gov.br/inss/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia/>



Curso Paternidade Responsável será nos dias 17 e 18 de novembro

A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato realiza nos dias 17 e 18 de novembro (terça e quarta-feira), das 18h30 às 21h, mais uma edição do Curso online Paternidade Responsável. Conhecido popularmente como “Paizão Bancário”, as aulas são uma exigência para a extensão da licença-paternidade para 20 dias, direito conquistado em 2016 durante o Governo Dilma Rousseff e incluído na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: Virtual

Desumano: BB ameaça tirar do teletrabalho quem não bater meta

Parece não ter fim o cardápio de desumanidades usado pela atual gestão do Banco do Brasil. O Sindicato tem recebido denúncias de que gestores estão ameaçando retirar do trabalho remoto os que não baterem meta de venda de produtos. Isto, em plena pandemia.

A diretora do Sindicato e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários, Rita Mota, condenou a iniciativa que classificou de cruel e desumana. “É preciso lembrar que o home office é uma medida tomada numa situação de emergência em todo o mundo para preservar a saúde e a vida, por isto mesmo, não podendo ser associada ao cumprimento de metas, até porque, as condições do teletrabalho são adversas, gerando uma distorção evidente na medição da performance”, criticou. Lembrou que, por isto mesmo, tra-



Metas no teletrabalho: o Sindicato repudia a prática desumana da direção do Banco do Brasil

ta-se de uma medida de gestão totalmente descabida.

“É um erro de gestão grosseiro e injustificável, também, porque as pessoas deixariam de trabalhar e o tempo em que estão em casa, passaria a contar como hora negativa, o

que, além de cruel, é prejudicial ao próprio banco”, frisou. “Quem estiver sendo ameaçado, deve denunciar à Secretaria de Bancos Públicos do Sindicato”, orientou a dirigente. Os contatos devem ser feitos pelos telefones 2103-4122/2103-4123, de 11

às 14 horas, ou pelo chat do site da entidade (www.bancariosrio.org.br). Para acessar, basta clicar no ícone azul do lado direito do site.

FLEXIBILIZAÇÃO NA COVID-19

O Sindicato está acompanhando de perto outro problema no BB: a diretoria do banco decidiu flexibilizar o isolamento de funcionários pertencentes ao grupo de risco que poderão retornar voluntariamente ao trabalho presencial. O isolamento com teletrabalho é uma medida preventiva fundamental para evitar a contaminação pelo novo coronavírus (covid-19), que, no caso do grupo de risco, pode ser fatal. Documento propondo esta possibilidade foi enviado na segunda-feira (19) a este segmento do funcionalismo do BB.

Caixa: entidades dos empregados cobram diálogo com os trabalhadores

Bancários querem o fim de metas abusivas e assédio moral em plena crise da pandemia e manutenção de rodízio dos empregados

A presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio Adriana Nalesso e o diretor da entidade José Ferreira, além de Rogério Campanate e Maria Oliveira representando a Agecef/Rio (Associação dos Gestores da Caixa), Paulo Matileti e Sérgio Amorim representando a Apcef/RJ (Associação do Pessoal da Caixa), tiveram uma reunião com o Superintendente de Rede da Capital do banco, Luciano Medeiros, a Superintendente Executiva de Governo, Carolina Alvim e a Gerente de Rede Carla Cristina. O objetivo do encontro, realizado no dia 16/10, foi de estreitar a relação das entidades representativas dos empregados com a empresa, em busca de solução para as demandas dos empregados, reuniões que ocorreram nacionalmente.

EM BUSCA DE DIÁLOGO

Luciano Medeiros ressaltou que no Rio de Janeiro a empresa tem mantido aberto o diálogo com as entidades e os representantes dos trabalhadores. Na reunião foram tratados vários pontos referentes ao estresse crescente dos empregados da Caixa.

“A otimização de processos, como a automatização dos cálculos para pagamentos de alvarás trabalhistas, somente são possíveis a partir da percepção das necessidades da base, por isso reforçamos o papel das entidades representativas no sentido de apurar e encaminhar essas necessidades e apresentá-las à empresa para que sejam estudadas e adotadas as devidas soluções”, disse Campanate.

O representantes da Agecef/Rio ressaltaram ainda que a direção da empresa ignorou por meses seguidos diversos problemas apontados pelos

trabalhadores que foram encaminhados por ofícios pela Fenag (Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa Econômica Federal). A falta de diálogo com a direção do banco culminou com uma ação judicial por assédio moral institucional impetrada por todas as Agecefs do país.

COBRANÇA DURANTE A PANDEMIA

“Tanto nas ações judiciais como nos ofícios, os bancários denunciaram a absurda e crescente cobrança de metas durante a pandemia, com práticas de tortura psicológica, inclusive com a utilização do Whatsapp em horários fora do expediente que violam o direito de desconexão dos trabalhadores”, explicou a presidenta do Sindicato Adriana Nalesso. A sindicalista esclareceu ainda que o ranqueamento, outra questão abordada na ação judicial, foi responsável por uma vitória do Sindicato cuja sentença determinou que o Banco Itaú custeasse projetos contra o assédio moral no valor de R\$ 2 milhões.

Os sindicalistas lembraram que a falta de critério na priorização dos objetivos tem sido uma fonte de adoecimento mental dos trabalhadores. Não fica claro para o empregado se ele tem que priorizar os objetivos da agência, da Superintendência Executiva de Varejo (SEV) ou da Superintendência Regional (SR). A cobrança acima dos objetivos estipulados pela própria empresa também foi abordada no encontro, já que em algumas regiões da cidade inventaram a Alta Performance Alta (APA), na qual o gestor lida com a situação de que, mesmo a obtenção de 100% da meta é ainda considerada insuficiente e isto

em plena crise da pandemia da Covid-19.

Outro problema grave apontado pelos empregados é a “mudança da regra no meio do jogo”, como no caso do crédito consignado, cujo objetivo para o convênio INSS foi substancialmente aumentado.

“Nós solicitamos que a Superintendência encaminhe à direção da Caixa o nosso questionamento acerca da responsabilidade da empresa em estipular objetivos que levem os empregados a induzir clientes pertencentes a grupos de risco a saírem de suas casas. Afinal, há uma diferença muito grande entre manter horário de atendimento diferenciado para idosos e atuar ativamente sobre esses clientes induzindo-os a se dirigir a uma agência ou lotérica”, afirma Campanate.

MANUTENÇÃO DO RODÍZIO

Os bancários reforçaram ainda a necessidade de manutenção do rodízio de empregados que não pertencem a grupos de risco no trabalho presencial como forma de minimizar o tempo de exposição dos funcionários ao risco de contágio pela Covid-19 e lembraram que a própria empresa soltou expediente durante a negociação coletiva que reforça essa orientação, a pedido da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa).

“Tem aumentado o número de empregados que se sentem pressionados pela chefia a deixar o trabalho remoto”, explica Rogério. Também foi abordada a questão da diferença entre as diversas unidades, fazendo com que alguns trabalhadores consigam trabalhar em Home Office em tempo bastante superior a outros, ocasionando um tratamento desigual. O Supe-

rintendente informou que estão sendo estudadas soluções para equalizar a situação.

COBRANÇAS NA CRISE

Diversas outras informações foram levadas à Caixa, como a necessidade de treinamentos operacionais (Sistema Integrado de Segurança, o SIADS, e atendimento virtual INSS). Um exemplo dado foi o Comitê de Crédito, cuja formulação desconsidera a volumetria de processos da Superintendência de Rede fazendo com que os resultados atrasem havendo cobranças diárias da empresa. Foi apontada ainda pelas entidades a estranheza pela cobrança de resultados em fundos de previdência e investimentos, em um momento que apresentam rentabilidade negativa e tem gerado descontentamento dos clientes.

INTERESSES DOS BANCOS PRIVADOS

Uma pesquisa realizada por dirigentes do Sindicato e das Associações identificou que diversos bancos privados e mesmo de investimento não têm cobrado objetivos nesses produtos por compreenderem o momento de retração econômica e crise sanitária.

“Não conseguimos entender porque a direção da Caixa insiste em metas que acabam por empurrar os clientes para os bancos privados por conta da insatisfação com a rentabilidade e com a própria indicação do produto, o que quebra a confiança do cliente com o profissional que o atende”, conclui Campanate, insinuando que o favorecimento aos bancos privados pode não ser tão involuntário quanto parece.

Sindicato vai continuar a realizar caravanas e protestos contra demissões

Bancários paralisam atividades nas agências da Tijuca contra dispensas no Bradesco, Itaú e Santander. Até funcionários com câncer e HIV são demitidos

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro realizou mais um protesto contra as demissões em massa que estão ocorrendo no Bradesco, Itaú, Santander e no Mercantil do Brasil. O movimento sindical tem mantido uma mobilização contínua com paralisações, atos públicos, campanha nas redes sociais e publicidade em ônibus (busdoor) para denunciar à opinião pública, a prática desumana das instituições financeiras, setor mais lucrativo do Brasil, que demite trabalhadores em plena pandemia, descumprindo acordo firmado com a categoria.

Os bancários pararam as atividades nas agências da Regional Tijuca, no entorno da Praça Saeñs Pena, inclusive a unidade da Rua Pinto de Figueiredo, prédio administrativo onde ficam os gestores responsáveis pela região.

Pela manhã, houve reunião da COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco para definir novas estratégias de luta. Somente na segunda maior instituição financeira privada do país já são mais de 1.200 trabalhadores que perderam o emprego. No Rio, já são pelo menos 200 dispensados.

“Vamos continuar realizando atividades de protesto e dando



Adriana Nalesso disse que o Sindicato continuará protestando até que os bancos suspendam o processo de demissões em massa. Campanha em ônibus (busdoor) denuncia prática dos bancos a toda a cidade

respostas duras contra esta prática desumana dos bancos. Como pode o cliente confiar em empresas que não cumprem sequer a sua palavra de não demitir na pandemia e que implementam demissões em massa logo em seguida, inclusive de trabalhadores com câncer e HIV?”, questiona o diretor do Sindicato Geraldo Ferraz.

REUNIÃO VIRTUAL

Nos dias 21 e 22 de outubro foram realizadas reuniões virtuais, pelo aplicativo Zoom, para

orientar e tirar dúvidas dos empregados do Bradesco, Itaú e Santander que foram demitidos neste período de pandemia. O evento contou com a presença de todo o corpo jurídico do Sindicato das áreas trabalhista, previdenciária e criminal.

IMPrensa e REDES SOCIAIS

A Rádio BandNews FM divulgou a paralisação dos bancários na Tijuca, Zona Norte do Rio. “Nossa campanha nas redes sociais mais as paralisações e protestos que ocorrem em todo o

país já começam a repercutir em parte da grande imprensa. Vamos continuar pressionando até que a sociedade tome ciência de que a responsabilidade social anunciada pelos bancos só existe nas peças publicitárias. Na prática eles demitem de forma desumana num momento em que o trabalhador não consegue reingressar no mercado de trabalho”, disse Adriana Nalesso, presidenta do Sindicato do Rio.

Confira na Galeria de Fotos, em nosso site, mais imagens da atividade de quinta-feira (22), na Tijuca.



Justiça manda Bradesco voltar atrás na demissão de bancário reintegrado

Este é um daqueles casos emblemáticos que mostram como o Bradesco desrespeita as leis brasileiras. O banco entrou com recurso no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) pedindo que fosse anulada a reintegração do bancário Marcelo Maricato Gomes, determinada pelo juiz Eduardo Mussi Dietrich Filho da 28ª Vara do Trabalho em outubro de 2019. Só que não esperou o pedido ser julgado e o demitiu novamente ao arripelo da lei.

Ou seja, de uma tacada só, atropelou o Tribunal e o juiz de primeira instância, travestindo-se de magistrado. A resposta firme, no entanto, veio em seguida, colocando o Bradesco no seu devido lugar. Atendendo



à solicitação feita pelo advogado Marcelo Luiz Pacheco Coutinho, do Jurídico do Sindicato, a desembargadora Claudia de Souza Gomes Freire, da 9ª Turma do TRT-1, através de medida cautelar, mandou o banco voltar atrás imediatamente na demissão e cumprir a reintegração determinada judicialmente pela primeira instância.

É importante ressaltar, ainda, que o Bradesco, como outros bancos, se comprometeu

a não demitir durante a pandemia e é só o que tem feito. Inclusive neste caso.

BANCÁRIO ESTÁ DOENTE

Este caso se reveste de uma desumanidade flagrante e absurda. É que o bancário em questão sofre de lesões por esforço repetitivo (LER-Dort) desde 2007 causadas pelo trabalho no Bradesco. Lesões nos punhos, braços e ombros. Mas o banco que o adoeceu se negou a fazer o mínimo que era garantir o tratamento adequado, para o que seria necessária, entre outras iniciativas, a manutenção do emprego. Demitiu-o várias vezes em plena licença médica, razão pela qual foi reintegrado judicialmente

pela primeira vez em 2007.

Mas não parou por aí com este comportamento persecutório, ilegal com traços de sadismo. Voltou a demitir Marcelo, doente, em 2016, tendo a Justiça anulado novamente a dispensa, determinando mais uma vez a sua reintegração, em outubro de 2019. A ordem foi do juiz Eduardo Mussi. O Bradesco entrou com recurso pela anulação junto ao TRT-1. O pedido estava sendo analisado pela desembargadora Claudia Freire, pega de surpresa com a decisão do banco de demitir o bancário em plena vigência da reintegração, não esperando a 9ª Turma do TRT-1 julgar o recurso. A cautelar da magistrada anulou a demissão arbitrária e ilegal.